



SUS ATOLADO: BUSCA DE LUZES: DENTRO E ACIMA DO SUS

Junho/2015

Nelson Rodrigues dos Santos¹

Início este ensaio abordando o SUS nos dois primeiros tópicos, com testemunho e experiência na implantação dessa política pública. Nos três tópicos seguintes ouso considerações pessoais no âmbito macro político do qual basicamente depende o SUS.

1. SÍNTESE DAS RAÍZES DO SUS E A PERSISTÊNCIA DOS “NICHOS” OU TRINCHEIRAS

Abro este ensaio com a lembrança, hoje aparentemente ingênua, prosaica e superada, de que os valores humanos e sociais da solidariedade e do direito igualitário à saúde, há somente 30 anos, empolgaram e mobilizaram o movimento municipal de saúde, o movimento da reforma sanitária e a Assembleia Nacional Constituinte. E que geraram uma vontade política hegemônica e o SUS no capítulo da Ordem Social na Constituição. A imagem – objeto dessa lembrança foi o reconhecimento dos determinantes sócio – econômicos da saúde e doença, e a possibilidade real de efetiva realização de uma Atenção Básica para e com a população: acessível, de qualidade e no rumo de resolver 80 a 90% das necessidades de saúde, induzindo e alicerçando o reordenamento dos níveis assistenciais. Por isso, justificando o conjunto dos postulados constitucionais, comandados pela Universalidade, Integralidade, Equidade, Descentralização, Regionalização e Participação. Foi à lógica e estratégias da democratização do Estado e construção do Estado de Bem Estar Social com políticas públicas universalistas para os direitos sociais básicos. Por isso, não reféns, mas regulando rigorosamente as leis do mercado na saúde,

¹ Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA e membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES.



aplicando os parâmetros social-democratas que orientam as políticas públicas de cidadania na Inglaterra, Canadá, na maior parte da Europa e outros países.

Contudo, a implementação dos postulados constitucionais de forma conjunta, estratégica e inovadora, ainda que gradativa desde os anos 90 não vem sendo a regra, mas somente exceções que vem perdendo para a real política pública do Estado brasileiro. Essas exceções vem se desenvolvendo na “base” do SUS em todo território nacional: incontáveis experiências, esforços e aprendizados fortemente arraigados aos valores anteriormente citados e aos postulados da Constituição/1988. São verdadeiros “nichos” ou trincheiras de gestores municipais, de distritos de saúde, de UBS, de NASFs, de apoio matricial, de conselheiros municipais

e locais de saúde, de trabalhadores de saúde, de equipes de saúde de família e outros no espaço da Atenção Básica à Saúde.

Lembramos também que essa persistência na “base” do SUS deve-se em grande parte às raízes do movimento municipal de saúde que se inicia nos anos 70 em periferias urbanas, junto às comunidades, realizando as primeiras tentativas de atenção primária à saúde, com base nos valores humanos dos direitos universais, e com visão estratégica de contribuir nos direitos sociais e na democratização do Estado. Desde seu início, este movimento amplia-se e ganha consistência com representações que participaram ativamente nos movimentos da reforma sanitária, como os simpósios nacionais de políticas de saúde da Câmara Federal (de 1979 e 1982), nos convênios com a previdência social (AIS e SUDS), na descentralização e municipalização das unidades estaduais de saúde e dos ambulatórios da previdência social, e por mais recursos públicos para a saúde. Resultou já com o SUS, na surpreendente extensão da cobertura populacional com inusitada produtividade nas ações e serviços de saúde o que levou a incluir no sistema público de saúde, metade da população brasileira antes excluída de qualquer sistema.

As Prefeituras Municipais desde os anos 80, com recursos próprios e dos convênios com a Previdência Social vem elevando vigorosamente os investimentos em Unidades Básicas de Saúde, serviços de Urgência, Policlínicas de Especialidades, Laboratórios e Hospitais, o que intensificou nos anos 90 com a responsabilidade de descentralização com ênfase na



municipalização e a criação dos Conselhos de Saúde na quase totalidade dos Municípios – Leis 8.080/90 e 8.142/90 e em número crescente, conselhos de saúde locais e distritais. Dos 48.000 novos estabelecimentos públicos de saúde criados entre 1980 e 2005, 93% foram municipais, com salto de 43 mil servidores de saúde para quase 1 milhão (de 16% do total das três esferas de governo para 69%) nesse período. Congruentes com a assunção das novas responsabilidades constitucionais, os municípios foram elevando substancialmente seus recursos próprios para a saúde, com média nacional de 14,4% dos orçamentos municipais, já no primeiro ano de aplicação de EC-29, que estabeleceu o mínimo de 15%, média esta que alcançou 23% em 2010, o que representou mais de 10 bilhões ao ano no SUS, além do mínimo, e revelou que a esfera municipal vem sendo a única que rompe com a cultura política anti-pública e anti social de tratar o “mínimo” como “teto”.

Outros “nichos” ou trincheiras foram surgindo antes e com a implementação do SUS pelas três esferas de governo nas áreas da saúde mental, saúde do trabalhador, controle da AIDS, urgência/emergência, transplantes, hemocentros e vigilância em saúde. Todos esses “nichos” e trincheiras, desenvolvendo excelência e expertise. Vejo-os como pontes voltadas para o futuro. Ao mesmo tempo que demonstram irreversibilidade, nossos “nichos” ou trincheiras não vem conseguindo sair da exceção para a regra: no volume do atendimento, no financiamento, no modelo de atenção e na qualidade. Por quê? Simultaneamente outras situações foram e são criadas.

2. A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA “ANTI-SUS”

→ No início dos anos 90 a política “de Estado” golpeou drasticamente o financiamento federal do SUS (descumprindo os 30% do orçamento da seguridade social para o SUS e retirando o Fundo Previdenciário da base de cálculo da parcela federal), reduzindo essa parcela entre $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{3}$ do inicialmente indicado e consignado na Constituição e levando a drástico desinvestimento na rede pública hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade. Nos anos 90 essa política exacerbou os contratos pelo SUS de prestadores privados de assistência especializada á saúde, pagos por produção, que de



complementares perante a Lei passaram a substitutivos da rede pública, o que levou este gasto federal a ser três vezes maior do que com a atenção básica, e na atenção básica, o piso variável ser várias vezes maior que o piso fixo. Além disso, o pessoal de saúde dos prestadores públicos passou na maior parte para terceirizados precarizados, economizando a folha de pagamento. Também nos anos 90 essa mesma política ampliou os subsídios ao mercado, com o co-financiamento público de planos privados para todos os servidores e empregados públicos, além da ampliação da renúncia fiscal para pessoas jurídicas e físicas da assistência aos consumidores de planos privados, incluindo todos os trabalhadores formais do setor privado e sua estrutura sindical, outro duro golpe que arrefeceu a participação desses segmentos decisivos da sociedade na luta pelo SUS.

→ Em 1995, o CONASS patrocinou oficina de trabalho com participação do CONASEMS, que reagiu ao impasse já evidente aos rumos do SUS, debateu e aprovou significativo relatório final apelando para priorizar a diretriz da Regionalização, das redes regionais de atenção integral à saúde, com Equidade, e com uma política pública de recursos humanos guiada pelas diretrizes constitucionais. A política de Estado desconsiderou esse relatório final, mas a gestão descentralizada do SUS ratificou o alerta e a proposição.

→A partir de 1996, a política de Estado desviou a CPMF recém-aprovada para o financiamento do SUS, para outros dispêndios da União, e criou a DRU que desvia 20% do orçamento da Seguridade Social também para outros dispêndios da União. A partir de 1998 essa política levou à Lei 9656 que permite a aquisição de empresas nacionais de planos privados por capital estrangeiro (caso da AMIL e Intermédica) e ao descumprimento do ressarcimento ao SUS, previstos na mesma lei, dos serviços públicos de saúde prestados aos consumidores de planos privados. Em 1999 e 2000 são criadas as OS e OSCIP, entes privados para gerenciarem hospitais, ambulatórios e laboratórios públicos, e em 2000 é limitada drasticamente, pela Lei da Responsabilidade Fiscal, as contratações na base do SUS, e pela EC-29, somente os Estados, DF e Municípios são obrigados a destinar % mínima da sua arrecadação ao SUS (12% e 15%). Estava claro ao final dessa década, que a política de Estado que golpeia o SUS, estava nucleada nos Ministérios da Fazenda, da Casa Civil e do Planejamento, o “núcleo duro” do Poder Executivo, articulado a lobbies



poderosos instalados no Legislativo. Foi à lógica e estratégia dominante de desviar o rumo do Estado de Bem Estar Social Universalista, constitucional, no campo das políticas públicas para os direitos sociais, para o rumo do Estado Neoliberal submisso ao mercado. Já ficava claro que a grande inclusão social pelo SUS estava no rumo do modelo de atendimento de demanda reprimida em todos os níveis assistenciais, de modo massivo, permanecendo o “modelo SUS” ao nível dos “nichos” e trincheiras já referidos.

→ Em 2004 essa mesma política de Estado impede a vitória do histórico PLP nº 01/2003 que dispunha sobre o equivalente a 10% da Receita Corrente Bruta da União para o SUS, os repasses federais equitativos e a regionalização. Na década dos 2000 fomenta financiamento barato e facilitado para ampliação de hospitais privados e sofisticados de grande porte, e também para aquisição e construção de hospitais próprios das empresas de planos privados, inclusive pelo BID e BNDES, dando continuidade aos duros golpes dos anos 90 contra o SUS. Já ficava claro a estratégia de destinar a Atenção Básica de baixa resolutividade à população mais pobre e com caráter compensatório. Por outro lado, simultaneamente nessa mesma década, a conjugação do salário mínimo acima da inflação com o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, o “boom” das commodities, etc., levaram à ampla inclusão social com entrada no mercado de dezenas de milhões de novos consumidores, reativando o mercado interno e apontando para provável retomada do desenvolvimento. Opinaremos mais à frente sobre a relação dessa positiva e impactante inclusão via mercado, com a negativa estagnação e privatização nas políticas públicas constitucionais.

→ Em 2005 as entidades ligadas à Reforma Sanitária junto a parlamentares comprometidos com o PLP nº 01/2003, promovem concorrido Simpósio Nacional de Política de Saúde na Câmara dos Deputados, que reforça espaço político para o CONASEMS e CONASS protagonizarem junto ao MS, o Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (2006). O desafio da Regionalização é retomado no Pacto, junto aos 10% da RCB para o financiamento federal: a Regionalização é articulada à construção da atenção integral, equitativa e intermunicipal, nivelando os sistemas municipais “por cima”, contemplando as diretrizes constitucionais e superando as tensões entre municípios vizinhos. Esse pacto



encontrou graves dificuldades de implementação perante a política de Estado (que negou o financiamento federal com o mínimo de 10% da RCB), mas criou espaço político para o debate, formulação e aprovação do Decreto 7508/2011 e da Lei 141/2012, ainda com sérias dificuldades de implementação.

→ Ao final da primeira década dos 2000, já se podia estabelecer provável relação entre a estratégia hegemônica na política pública e os imperativos da macroeconomia. De um lado, a soma dos recursos destinados ao setor privado complementar (substitutivo) e os gastos tributários destinados ao mercado dos planos privados, e por outro lado, o valor estimado dos recursos federais inicialmente indicados e consignados pela Constituição: este valor várias vezes maior do que aquela soma. Isto é, grande economia de gastos federais com o sistema público de saúde, valendo-se da privatização.

→ Em 2013 os golpes contra o SUS prosseguem: o governo federal (política de Estado) emite a PEC-358 com base na RCL que retrai mais ainda a parcela federal no financiamento do SUS: com sua maioria parlamentar consegue sua aprovação em 2015(EC-86), constitucionaliza o sub-financiamento do SUS e desconsidera e atropela o PLIP – 321/2013, este, subscrito por 2,2 milhões de eleitores e dezenas de entidades da sociedade civil, que resgatava o equivalente a 10% da RCB. Note-se que o PLIP-321 elevaria o financiamento do SUS em apenas 0,8% do PIB, isto é, de 3,9 para 4,7% do PIB, enquanto os bons sistemas públicos em outros países contam em média com 8% do PIB. Estes 0,8% poderiam criar condição de viabilizar a retomada do rumo constitucional inicial, fortalecendo o apoio da sociedade e pressionando o Estado a priorizar o SUS. Ainda em 2013 o governo emite a MP-619 que amplia para a COFINS e PIS a renúncia fiscal para as empresas de planos privados.

→ Em 2014 essa política de Estado emite e aprova a MP – 656 que legaliza (inconstitucionalmente) a abertura de toda a estrutura assistencial privada á aquisição pelo capital estrangeiro: trata-se de um “filão de ouro” inicial de mercado de 55 a 60 milhões de consumidores de planos privados de saúde fortemente subsidiados com recursos públicos e com mensalidades entre 80 e 8.000 reais para assistência de média e alta densidade tecnológica. Trata-se também da etapa monopolista e globalizada da concentração do



grande capital na assistência á saúde: as médias empresas comprando as pequenas, as grandes comprando as médias e conglomerando-se internacionalmente, submetendo os Estados Nacionais, regulando-os ao contrário de serem regulados. Este “filão de ouro” estende-se ao setor privado complementar no SUS, contratado ou conveniado pelo Estado. E entra em tramitação especial na Câmara dos Deputados, a PEC-451/2014, que obriga os empregadores a incluir plano privado de saúde em todos os vínculos empregatícios dos trabalhadores urbanos e rurais, com renúncia fiscal a favor dos empregadores. Caso não fosse antecedida pelos duros golpes apontados contra o SUS em seus 25 anos, essa PEC seguramente, sequer teria condições de tramitar no legislativo, devido ao peso político do SUS bem sucedido.

→ Como consequência final da estratégia hegemônica nos 25 anos do SUS, implementada pelo Estado, temos hoje a cobertura “universal” segmentada: 25 a 30% da população que consome planos privados subsidiados, com per-capita médio anual “privado” 3 a 4 vezes maior que o baixíssimo per-capita público “SUS” para toda a população. Como esses 25 a 30% utilizam os serviços e materiais do SUS em intensidade crescente, tanto na rotina como pelas ações judiciais individuais, é somado ao seu per-capita “privado”, resultando um per-capita 4 a 6 vezes maior que o dos 70 a 75% que não tem condições de comprar plano privado. A segmentação do acesso, qualidade e oferta evidencia-se também no conjunto dos consumidores: com mensalidade entre 80 e 8.000 reais. Essa cobertura “universal” segmentada construída em 25 anos tripudia a Equidade, a Integralidade e o direito social: é o anti-SUS. Vem o Estado nacional, pelo menos na saúde, atuando como grande aparelho criador de mercado: delega ao mercado uma responsabilidade constitucional republicana do Estado. O significado de cada um desses golpes no SUS e seu encadeamento nos 25 anos da sua existência é insofismável como grande indicador da política pública implícita (real), com lógica voltada para o mercado, fragmentação e iniquidade.

Ao que nos consta é estratégia oposta á das políticas públicas universalistas dos Estados de Bem Estar Social da Socialdemocracia europeia, canadense, costarriquense e várias outras. É hegemônica nos 25 anos do SUS. Tomando o setor saúde como o indicador, é



falsa a afirmação de qualquer dos governos desde 1990 até nossos dias tenha assumido estratégias no rumo de uma “socialdemocracia brasileira”.

Podemos indagar: no Estado brasileiro, quais as estruturas e papéis que: no poder Executivo formulam e constroem essa hegemonia?(incluindo a execução orçamentária federal real ao final de cada ano?), no poder Legislativo esvaziam ou distorcem seu dever constitucional de fiscalizar o Executivo no cumprimento das leis, assim como de refletir os anseios da sociedade, legislar a soberania, os valores do bem comum, do bem público, dos direitos sociais e do desenvolvimento? e no poder Judiciário, que levam á evidente preferência pelas ações judiciais individuais mediante requisição médica, para fornecimento de medicamentos, exames e materiais de médio e alto custo, impetradas por advocacia especializada, em detrimento de ações judiciais coletivas e/ou sociais e/ou de caráter realmente público, para cumprimento pelo poder Executivo, dos postulados constitucionais, da legislação complementar e ordinária, no tocante aos direitos sociais e de cidadania?

De qualquer modo, as incontáveis experiências, esforços, aprendizados, “nichos” e trincheiras referidos no início deste texto, de excelência e expertise no território nacional, que resistem e acumulam avanços à luz da Universalidade, Integralidade e Equidade, são decisivos para futura retomada estratégica e efetivação da hegemonia na construção conjunta de todos os postulados constitucionais. Hoje, as estatísticas anuais globais dos bilhões de ações na Atenção Básica, na Média e Alta Complexidade, das centenas de milhões de exames diagnósticos, de duas centenas de bilhões de reais no financiamento e outras, impressionam e impactam, mas a única comprovação positiva é a surpreendente capacidade produtiva dos trabalhadores de saúde no SUS com tão poucos recursos públicos, que refletem grande inclusão social no sistema público de saúde, mas omitem o descumprimento das diretrizes constitucionais e da Lei Orgânica da Saúde voltadas aos direitos de cidadania. A regra que preside essas estatísticas é a do atendimento massivo de demanda duramente reprimida em todos os níveis assistenciais. O encadeamento e direcionamento dessa massa de financiamento e atendimento sob a lógica da Equidade e Integralidade construindo a Universalidade, isto é, dos postulados constitucionais, é incompatível com as atuais estratégias hegemônicas na sociedade e no Estado. Por isso, a



mera citação dessas estatísticas na mídia são em regra ufanista, visando falsa comprovação de que a Constituição está sendo cumprida na saúde: em contexto mais vinculado a mero projeto de poder do que de nação e sociedade.

Neste tópico vale registrar que a “militância SUS” vem nos últimos anos formulando avanço fundamental na gestão pública para a implementação da diretriz Constitucional da Regionalização: São encaradas as necessidades da população pela atenção integral e equitativa à saúde na região, incorporando os avanços municipais, intermunicipais e estaduais, sob as diretrizes nacionais tripartites com controle social. A priorização da elevação do financiamento anual federal estaria vinculada á priorização da implementação da Regionalização, tudo consignado em planos quinquenais aprovados em lei: A meta final seria a implementação do “modelo SUS” com a Atenção Básica resolvendo 80 a 90% das necessidades de saúde, ordenando as redes regionais de cuidados integrais e o financiamento público se aproximando de 8% do PIB por etapas.

Ainda neste tópico, insisto que a retomada do rumo do SUS Constitucional, incluindo a Regionalização com financiamento crescente, depende de uma “militância acima do SUS” onde é disputada a hegemonia na sociedade e no Estado, que deve ser reforçada pela “militância SUS”. A realização das conferências de saúde em 2015, as municipais, as estaduais e a nacional, seriam uma oportunidade para esse elo.

A sociedade de hoje tem o direito inalienável de conhecer ou se apropriar do que está sendo feito com a política pública de saúde por ela construída e conquistada nos anos 80 há mais de 25 anos, assim como debater democraticamente se quer manter a conquista e participar na construção do SUS universal de qualidade, ou se quer continuar a “Cobertura Universal Segmentada nos serviços públicos e privados”. Pensamos que deva ser esse o eixo central dos debates na 15ª Conferência, e para que isso seja possível, viável e legítimo, esse processo democrático deve iniciar desde já. Sugestões:

- a). Nos 25 anos do SUS, como os conselhos de saúde vem realizando sua primeira atribuição legal?
- b). Como os conselhos de saúde, também em função da sua primeira atribuição, vem atuando na desconstrução das estratégias anti-SUS?



c). Como os conselhos de saúde vêm devolvendo para a sociedade neles representada, os conhecimentos, resoluções e deliberações que neles se acumulam mensalmente? Cada conselheiro, nessa tarefa, perante sua entidade representada, é estimulado orientado e acompanhado pelo conselho nessa missão?

d). Como estão representados nos conselhos de saúde os 70 a 75% da população que dependem só do SUS e os 25 a 30% que dependem do SUS e compram planos privados, todos, nas suas vidas cotidianas com necessidades, direitos e seus pleitos?

e). Desde 2013 crescem mobilizações e greves: por melhor transporte coletivo, de professores, de garis, de trabalhadores na saúde, de rodoviários, de metroviários, da polícia civil, de bombeiros, dos sem teto, dos PMs, dos sem terra, dos black-blocs, de saqueadores, de depredadores e em 2014 e 2015 com o crescimento da participação de segmentos conservadores, reacionários e golpistas. Sejam espontâneas ou organizadas; pacíficas ou violentas; sindicais ou de dissidências; manipuladas ou não, podem ser sintoma de tensão e mal estar social pela desigualdade, e de esgotamento da política de Estado voltada quase somente para a elevação da capacidade de compra do mercado. Constam nessas mobilizações bandeiras de maior responsabilidade para as políticas públicas de saúde, educação, transporte coletivo, segurança pública entre outras. Estão consideradas para a 15ª Conferência?

3. UM OLHAR “ACIMA” DO SUS

Efetivamente, as políticas e estratégias nacionais implementadas a partir de 2003 realizam:

a) impactante inclusão social corrigindo o salário mínimo acima da inflação, desenvolvendo o bolsa-família e interrompendo o desmanche iniciado nos anos 90, dos direitos trabalhistas e previdenciários (conquistas socialdemocratas do século 20),

b) reativação do mercado interno (ainda que predominando ramos de baixa agregação de valor), que atenuou os efeitos da crise econômica global, e

c) expressivo impulso diplomático autônomo na política externa (2003 a 2010).



Essas políticas e estratégias acertadas compuseram os debates e bandeiras do amplo arco social e político debatido e articulado no decorrer do ano eleitoral de 2002, em torno de expectativas e esperanças de amplos segmentos excluídos, de trabalhadores, de grande parte das camadas médias e tendências sociais no espectro majoritário centrista e do centro-esquerda. Nesse cenário constavam também expectativas sobre:

- 1) no resgate das políticas públicas universalistas de qualidade (saúde / SUS, educação, segurança pública, transporte coletivo e demais direitos de cidadania),
- 2) redução e controle da insaciável transferência de recursos públicos em função dos juros elevadíssimos aos credores da dívida pública, como também do cambio e do desenfreado desvio de recursos empresariais, do reinvestimento para o mercado de capitais: fatores da perniciosa desindustrialização em curso,
- 3) no efetivo investimento de infraestrutura (energia, estradas, portos, etc.), na industrialização com agregação de valor de qualificação das exportações (não dependência só de produtos primários), e
- 4) na efetiva adoção de condutas claramente éticas e republicanas, de valores e práticas e sem a relação patrimonialista e venal entre o Executivo, Legislativo e o grande capital.

O uso sintetizar a imagem de que o conjunto das referidas políticas e estratégias, ainda que não debatidas em maior detalhe de projetos específicos no decorrer de 2002, apontava para clara vontade política da maioria da sociedade, no rumo da inclusão social com políticas públicas com base nos direitos de cidadania, e do desenvolvimento, no rumo de ruptura gradual com o capitalismo periférico dependente, refém da especulação financeira. Mais uma concepção e projeto de nação do que projeto de poder; mais um “salto civilizatório” no rumo do Estado de Bem Estar Social de cunho socialdemocrata construído no século passado pelas sociedades na maioria dos países europeus, Canadá e outros, obviamente calcado em nossas realidades históricas, sociais e políticas. Diria que foram esse projeto, expectativa, esperança e a própria sociedade, os grandes vencedores da eleição em 2002, sob a liderança e representação do PT, partidos coligados e o ex-presidente Lula.



Contudo, a partir de 2003, ano a ano, das políticas e estratégias citadas que integraram os debates e expectativas em 2002, verificou-se a implementação de a), b) e c), e a não implementação de 1), 2), 3) e 4). Em relação as quatro ultimas, reproduzindo as graves distorções herdadas dos anos 90 e em alguns aspectos, agravando-as, o que, por si, alimenta o crescente mal estar na sociedade, após vários anos de positiva sensação de rumo ao bem estar conferida pelo sucesso da implementação das três primeiras. O orçamento da nossa Previdência Social continua superavitário apesar da forte renúncia fiscal para 56 ramos empresariais, mas continua confiscado em 20% pela DRU frente aos compromissos com os credores da dívida pública. Este retorno real ao mal estar não pode nem deve ser minimizado pelo fato de estar sendo explorado e “ampliado” midiaticamente pela militância e poder conservador neoliberal: não são necessárias maiores sofisticações de análise sócio- política – institucional para constatar em crescentes segmentos sociais, a genuína frustração e decepção com a não implementação das quatro últimas políticas e estratégias citadas. É oportuno lembrar estudo realizado em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, comparando o Brasil com alta carga tributária, e a Inglaterra, França, Dinamarca, Espanha e Portugal em média de cargas tributárias maior ainda. No Brasil a população trabalhava em média 117 dias no ano para poder comprar serviços privados de saúde, educação, previdência social, segurança pública, e pedágio, e havia grande reação contra “excesso de impostos”. Naqueles cinco países, os cinco serviços citados eram públicos e de qualidade, e não havia reação da população contra impostos. Eram efetivamente mais republicanos e socialdemocratas. Creio não exagerar ao lembrar que nos debates e mobilizações em 2002, a geração politizada e mobilizada nos debates constitucionais 15 anos antes, estava bem mais presente e atuante com a geração mais jovem, contribuindo para o resgate da participação democrática em projeto de nação.

Para melhor refletir sobre a não implementação de 1), 2), 3) e 4), ousou tomar como uma das raízes determinantes, o “Presidencialismo de Coalisção”: uma das imposições na transição da ditadura para a democracia no inicio dos anos 80, que implicou no fortalecimento legislativo do poder Executivo, submetendo o poder Legislativo á condição predominantemente homologadora. Nos anos 90, a aprovação do 2º mandato



governamental do Executivo, o instituto da Medida Provisória e a maioria das Emendas Constitucionais são alguns exemplos. Em troca da maioria governista no Congresso Nacional, ficou pactuada a prerrogativa do Legislativo, suas lideranças e partidos, para indicar a maioria dos ministros, direções das Estatais, das Agências Reguladoras e operadores nos vários escalões da execução orçamentária federal. O perfil do Legislativo adequou-se ao número crescente de partidos (hoje, 32) sob tutela do bloco majoritário (herdeiro da estrutura de apoio à ditadura) e/ou de arraigado clientelismo e fisiologismo, chamado “centrão”. As coligações partidárias passaram a ser fortemente atreladas à cessão (venda) de tempo de rádio e TV, acesso ao fundo partidário e participação nos resultados (benesses) da execução do orçamento público para a compra de bens e serviços de empresas privadas, com poderosos lobbies atuando no Executivo e Legislativo. Um retrocesso em aspectos básicos, ao patrimonialismo e clientelismo pré-republicano. Esse presidencialismo de coalisção que perdura até hoje, como bem lembra Roberto Amaral, “vem impedindo a realização dos programas de campanha e de governo apoiados pelos eleitores e sociedade; levou à cidadania à orfandade político-partidária, esvaziou os partidos de valores e ideias-forças voltadas para um projeto de sociedade, e aviltou o perfil do Legislativo e dos candidatos ao Legislativo. E acabou por revelar seu próprio esgotamento: mais que uma grave crise política, a sociedade está diante de uma crise republicana, que requer transformações na organização do Estado e do processo eleitoral”.

É nesse contexto do “Presidencialismo de Coalisção” que a implementação de 1), 2), 3) e 4) foi sendo postergada, com perdas para a sociedade e nação, a meu ver, inicialmente ofuscadas pelo sucesso da implementação de a), b) e c), com um ufanismo que veio se mostrar inconsequente. Com a crise internacional em 2008, nosso governo adotou as mesmas medidas anticíclicas em 2009 e 2011 de reduzir, ainda que discretamente, a taxa Selic e os juros do BNDS e CEF para manter crédito, o que levou a forte reação do mercado rentista especulativo a partir de 2010, que em aliança com o alto empresariado, aprofundou sua hegemonia e os altíssimos juros e lucros. De 2013 para 2014, enquanto estancavam a produção, os gastos públicos na área social e o PIB, o lucro das ações das



grandes empresas na BOVESPA quase dobrou, o lucro dos bancos cresceu perto de 30%, o mesmo acontecendo para os rentistas da dívida pública.

Apesar do evidente acerto do ato governamental em reduzir a taxa de juros (2009 e 2011), perguntaria: por que só em 2009, como medida isolada de outras medidas políticas de um projeto de nação, ilustrados nos referidos 1), 2), 3) e 4)? Por que uma medida centralizada e vertical, sem debate, mobilização e suporte de amplos setores da sociedade? Perdeu-se o momento mais oportuno?

José Luis Fiori há poucos dias se referia com a acuidade e consequência de sempre, ao novo projeto brasileiro no atual século, que alguns chamaram “social-desenvolvimentista”, com base em coalisção liderada por forças progressistas, mas que foi se alargando até se tornar verdadeiro caleidoscópio ideológico e oportunista, e que na hora da desaceleração cíclica e do ajuste econômico a favor do sistema financeiro, a maioria dos “aliados” desembarca da canoa com a mesma rapidez com que desembarcaram do regime militar nos anos 80 e da coalisção neoliberal nos anos 90. E termina considerando que é também nessas horas de crise que podem ser tomadas decisões que mudem o rumo da história: com coragem, persistência e visão estratégica. Provoco: o referido alargamento da coalisção liderada por forças progressistas terá produzido no seu interior, além da desaceleração do novo projeto brasileiro, também a cooptação de parte decisiva de lideranças e dirigentes dessas forças?

4. ALERTAS NAS REAÇÕES DA SOCIEDADE.

Interessante ângulo para análise e reflexões sobre as expectativas e mobilizações na sociedade, é a estratificação e a grande amplitude em nosso país, das chamadas classes médias. Segundo a PNAD/IBGE, de 2012 para 2013, a alta classe média caiu de 8,9% para 8,5% da população, a média classe média caiu de 15,6% para 14,3%, a baixa classe média subiu de 43,0% para 44,2%, a massa trabalhadora caiu de 25,1% para 24,9% e os miseráveis subiram de 7,4% para 8,1%. Waldir Quadros destaca a mobilidade descendente em cascata que afetou em um ano 5,7 milhões de pessoas, que parece



indicar início de reversão do auspicioso ciclo de inclusão social iniciado em 2004. É uma complexa dinâmica que envolve as aspirações, o trabalho, resultados e frustrações dos assalariados do setor público e privado, dos micro e médios – empresários e profissionais autônomos (terceirizados ou não), estudantes e até pequenos e médios rentistas: a grande maioria da população. Álvaro G. Linera alude à ultrapassagem da tradicional extração de mais valia na produção assalariada, com o advento do neoliberalismo, e o surgimento de uma “proletarização difusa” entre assalariados dos setores públicos e privado, profissionais autônomos liberais, mini e microempresários e empreendedores (terceirizados ou não), cientistas, pesquisadores, analistas, professores, etc.

Outro interessante ângulo é o oportuno comentário de Clovis Rossi: nos lembra que as grandes manifestações de rua em nossa história recente tiveram forte predominância das classes médias: a marcha com Deus, Família e Propriedade em 1963, a marcha dos 100 mil no Rio de Janeiro em 1968, as manifestações dos trabalhadores no ABC paulista na dobrada dos anos 70/80, os atos pela anistia e as diretas já em 1983/1984, manifestações anti-Collor em 1992, posse do Lula em 2003, e as manifestações de 2013, 2014 e 2015. A grande fragmentação da sociedade e seus movimentos amplos desde 1990 até nossos dias, com a emergência do individualismo e corporativismo na ascensão social, e da consciência dos direitos do consumidor sobre a dos direitos de cidadania, justificam a assertiva que os manifestantes de 2013, 2014 e 2015 são de “filhos do atual capitalismo neoliberal de forte aspiração consumista individual”. Mas a grande amplitude, a heterogeneidade e o histórico das manifestações das nossas classes médias, aponta que o seu conjunto, responde por omissão, conivência, pró-ação ou reação, às ações de uma parte que se mobiliza. Essa parte, em 1963 e na Av. Paulista, SP em 15/março e Abril, foi tipicamente conservadora, reacionária e golpista, e nos demais exemplos acima ilustrados foi tipicamente republicana e democrática. Há que serem consideradas a relação de forças econômicas, sociais e políticas, a trajetória e hegemonia da elite, as estratégias e rumos delineados na campanha de 2002, os reflexos recentes do nosso presidencialismo de coalisção, as influências conservadoras indutoras de movimentos trabalhistas menos sociais



e mais corporativos, assim como o oportunismo de grupos, corporações e lideranças partidárias no seio do atual mal estar social.

Em Junho / 2013, fortes manifestações de vários segmentos da sociedade surpreenderam pela expressa desconfiança nos políticos, partidos e governo estabelecidos, da situação e oposição. Na repleta Av. Paulista, SP, as principais bandeiras foram o transporte coletivo (passe livre) e os direitos básicos á saúde, educação, segurança pública e outros: com predominância dos jovens. Pesquisas de opinião apontaram que 78% eram de nível superior e 20% de nível médio, e que 6% da população participou das manifestações. Em 2014, no 2º turno da acirrada campanha eleitoral, pesquisas de opinião revelavam que a grande maioria dos eleitores de cada uma das duas candidaturas finais coincidiam os mesmos pleitos e bandeiras para o governo entrante: sem corrupção no Executivo e Legislativo e prioridade para os direitos básicos: emprego, salário mínimo, saúde, educação, segurança pública e outros. Eram também as bandeiras dos que votaram em branco ou anularam os votos, que na apuração somaram 37 milhões de eleitores. Em Junho / 2013 e 2º semestre / 2014, penso que importantes segmentos da sociedade e os eleitores estavam emitindo eloquentes sinais e alertas sobre o mal estar social, “dando um recado” ás representações políticas e ao governo. A reação a esse “recado” foi de insensibilidade e desatenção: já no debate eleitoral, os marqueteiros de ambas as candidaturas concentram-se só na radical desconstrução da imagem do (a) candidato (a) adversário (a), na mídia e redes sociais. Os temas centrais para a sociedade e eleitores, de ideias, valores, direitos e desenvolvimento de um projeto de nação ficaram em segundo plano ou desprezados. É bem possível que essa insensibilidade aos sinais e alertas da sociedade e eleitorado, muito contribuiu para a manipulação pela mídia e redes sócias, de uma polarização na sociedade, que na verdade encontram-se muito mais nos atuais políticos, partidos e governos, apesar da dispersão e despolarização processadas nos últimos 25 anos. De um lado pelos setores mais conservadores, reacionários e sua mídia, que multiplicam o volume dos desmandos, corrupção e irresponsabilidade fiscal nos governos petistas, inclusive insinuando a privatização da Petrobrás; do outro lado, o “establishment” do PT, governo e quadros centrais de ambos, não reconhecendo: a) a



continuidade dos desmandos e corrupção e seu tamanho doa a quem doer, e b) a desatenção dos pleitos e bandeiras da maioria da sociedade expressos nos sinais e alertas da sociedade em 2013 e 2014, que remontam as expectativas geradas na campanha de 2002.

Nas manifestações de 13/março do corrente ano contra as medidas de mais cortes nos gastos sociais e de 15/março contra os desmandos e corrupção, pesquisa de opinião mostrou que a “polarização” assim expressou-se em cada uma:

- Democracia é sempre melhor: 86% e 85%
- Ditadura tanto faz ou em certos casos: 11% e 13%
- Congresso Nacional ruim ou péssimo: 61% e 77%
- Governo Dilma ruim ou péssimo: 26% e 96% (27%, impeachment).
- Nível superior: 68% e 76%
- Preferiam o PT: 39% e preferiam o PSDB: 37%
- Eleitores de Dilma: 71% e eleitores de Aécio: 82%
- Renda até 5 sal. mínimos: 62% e renda maior que 5 sal. mínimos: 68%

Na manifestação seguinte em Abril na Av. Paulista, SP, 19% dos manifestantes tinham renda acima de 20 sal. mínimos, quando foram potencializadas as posições da manifestação de 15/março.

Por final, seguem comentários sobre a nossa elite social, acima das classes médias; cujas reações como classe são menos visíveis, porém mais efetivas no conjunto da sociedade. A expressão absoluta da elite é dos 1% mais ricos da população, objeto da impactante pesquisa de Thomaz Piketti, porém neste ensaio incluímos parte da alta classe média. Em meio à grave crise econômica e política do desvio criminoso, antissocial e antinacional de vultosos recursos públicos em nosso presidencialismo de coalisão, com divulgação de mais de R\$ 6 bilhões desviados e mais de R\$ 20 bilhões de prejuízo na Petrobrás, não podemos nem devemos atenuar a evidência do maior foco da crise nacional econômica e política. Referimos á galopante acumulação financeira-especulativa que gera nossa monumental dívida pública, cujos juros, por volta de R\$ 220 bilhões, amortização e refinanciamento, consomem 46 a 47% do Orçamento Geral da União,



restando porcentagens irrisórias a orçamentos como: 3,8% para a Saúde, 2,7% para a Educação e abaixo de 1% para Transporte, Energia e Segurança Pública. É dívida ao mesmo tempo assombrosa e blindada contra auditoria interna, externa, independente e revisão: seus poderosos detentores infundiram na sociedade que os gastos públicos com os rentistas são um dogma virtuoso, e com os direitos sociais e desenvolvimento, são gastos perdulários. Este foco central da crise está intimamente ligado á concentração da nossa riqueza e renda. Dados do Consórcio Internacional dos Jornalistas Investigativos sobre a Agência do HSBC na Suíça, ligada a paraísos fiscais (SuissLeaks), do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sonegômetro), do Relatório de 2014 do Banco Credit Suisse, do Conselho Administrativo da Receita Federal, CARF (Operação Zelotes), das Revistas Forbes e Exame, apontam para:

- 225 mil brasileiros possuem patrimônio acima de US 1 milhão (R\$ 2,39 milhões),
- 230 mil brasileiros aplicam, cada um, acima de US 1 milhão no mercado financeiro internacional,
- Era de brasileiros em 2010, a quarta maior fortuna nos paraísos fiscais, estimada em US 520 bilhões, (R\$ 1 trilhão),
- É de brasileiros o quarto lugar de compradores de móveis em Miami, EUA,
- As 15 famílias mais ricas no Brasil concentram R\$ 270 bilhões, correspondentes a 5% do PIB,
- Havia em 2006 / 2007, na filial suíça do HSBC, ligada a paraísos fiscais, 8.000 contas brasileiras com desvios iniciais em 342, estimados em US sete bilhões. Não estão computados os valores muito maiores de empresas offshore montadas por brasileiros.
- Vultosos desvios de dívidas fiscais de grandes empresas brasileiras, operados no CARF vem sendo estimada em até R\$ 19 bilhões: Santander, Bradesco, Ford, Gerdau, Boston Negócios, SAFRA, FIAT, e outras. (A Gerdau já tem recurso contra a reposição de R\$ 5 bilhões ao Tesouro Nacional).
- Dados da Secretaria da Receita Federal/MF revelados no Sonegômetro indicam dívida fiscal de R\$ 415 bilhões em 2013, estimados para 2015 em R\$ 500 bilhões.



Importante pesquisa do Instituto Federal Suíço em 2011 apontou crescimento geométrico da concentração do capital: 147 superconglomerados com predominância do capital especulativo controlavam 1.318 conglomerados detendo 40% da sua riqueza, que por sua vez, controlavam as 43 mil maiores corporações empresariais do mundo.

Esses dados, certamente sujeitos a reparos para mais ou menos, formam um conjunto que reflete o modo de participação de 296 mil brasileiros nos 1% mais ricos do mundo e de 5 milhões nos 10% mais ricos do mundo. Reflete a manutenção de 17% da renda nacional nas mãos dos 1% mais ricos do país, assim como 75% da riqueza contabilizada com os 10% mais ricos. Reflete também, mais que a imunidade contra os efeitos da crise econômico-financeira, a sua própria gênese: basta observar quais os estratos sociais e orçamentos públicos setoriais que estão sendo tratados como perdulários e “enxugados” pelo ajuste fiscal ora em andamento, entre R\$ 60 a R\$ 80 bilhões para bancar o superávit primário intocável da intocável dívida pública ‘não perdulária’. Reflete ainda o recente encontro realizado há poucos dias no Waldorf Astória, NY, do qual participaram Bil Clinton, Fernando H. Cardoso, banqueiros, altos empresários e políticos, sobre o qual José Luis Fiori refere plausível atualização do Consenso de Washington dos anos 90. Reflete por final a grande dificuldade de taxação das grandes fortunas e heranças, incluindo os valores mais tangíveis como imóveis e ações e aplicações financeiras.

5. O LEITE QUE DERRAMOU E BUSCA DE LUZES

Investigações oficiais comprovam que o destino criminoso, antissocial e antinacional de vultosos recursos públicos arrecadados além dos sonogados, vem sendo impulsionados sob o “Presidencialismo de Coalisão”. Revelam também que os correspondentes desmandos governamentais e corrupção continuam até nossos dias, ainda que sua divulgação venha sendo multiplicada em relação aos governos do PT e coligados, pelos setores mais reacionários da sociedade e sua mídia. Essa continuidade é inadmissível e sua avaliação, reconhecimento e enfrentamento são inabdicáveis e inadiáveis, com o risco da dispersão e esvaziamento da maior militância partidária da nossa história (PT), além da



massa de eleitores sem partido que aderiu ao debate de um projeto de nação na campanha de 2002.

A meu ver vai ficando claro que a exacerbação das reações pelos setores mais conservadores e reacionários da sociedade, políticos e mídia, pode significar a revanche desses setores, ante a aparente defensiva e enfraquecimento perante uma “onda petista” que se supunha mais consistente e consequente no governo nacional. É sabido que essa “onda” crescia na oposição nos anos 80 e 90, e assumia radicalidade na denuncia e mobilização contra os desmandos éticos, econômicos e financeiros dos governos e partidos da situação. Repudiava inclusive a articulação de ampliação de forças políticas progressistas em direção a setores integrantes do “centrão”. O apogeu da “onda petista” iniciou-se na campanha eleitoral de 2002: o “sonho petista” ampliou-se para o “sonho das maiorias” na sociedade por outro projeto de nação com mais desenvolvimento e distributivismo. No tópico anterior resumimos as expectativas e compromissos do ideário de 2002 nos itens a), b) e c), cujo cumprimento repercute positivamente até hoje, e também nos itens 1), 2), 3) e 4), cujo descumprimento vem gerando mal estar social por si mesmo. Alguns analistas estendem sua preocupação a provável peso negativo desse descumprimento, que a médio prazo, certamente fragiliza o suporte político ao cumprimento dos itens a), b) e c), reduzindo-os perante uma crise fiscal maior, a uma “bolha de consumo” ou mera exploração de brechas nos espaços neoliberais do capitalismo dependente. Outros analistas lembram que além do “presidencialismo de coalisão”, outro engendramento constou como imposição pétrea na transição da ditadura para a democracia: a canalização do movimento trabalhista e estrutura sindical, para uma alternativa exclusivamente “trabalhista” imune a eventuais resquícios do “pré-1964”, o socialista e o brizolista. Penso que esse engendramento, desenvolvendo-se nos anos 90 e até nossos dias, exagerou a dose ajudando a descumprir os itens 1), 2), 3) e 4), abortando o projeto de nação. Mais recentemente surge uma outra origem de mal estar social, que é a divulgação da continuidade do destino criminoso e antissocial de vultosos recursos públicos arrecadados além dos sonegados, comprometendo lideranças e dirigentes



centrais de um partido de massas que sugeria imunidade ao fisiologismo, patrimonialismo, corrupção e projeto de poder pelo poder.

Para o campo de conhecimento de Políticas Públicas e Ciências Políticas e Sociais, penso caber as questões: - até onde o histórico topo ou ápice da pirâmide de poder patrimonialista e colonizado dominante do Estado brasileiro, combina-se em promiscuidade com os topos ou ápices das pirâmides do Governo e Partidos no Executivo e Legislativo? – até onde essa combinação permeia a reprodução da hegemonia do capital financeiro desde os anos 90 até hoje? – Há perspectivas de retomada do consenso construído em 2002, e preferentemente mais ampliado e explicitado?

Objetivando:

- 1 – A efetiva formulação de alternativas ao nosso capitalismo dependente periférico e ao jugo ilimitado e insaciável da acumulação especulativa do capital tem cabimento e espaço político potencial em nossos dias?
- 2 – Na atual conjuntura social e política há espaço político potencial para a formulação de uma imagem-objetivo efetivamente socialdemocrata e de Estado de Bem Estar Social desenvolvimentista?
- 3 – Na construção conjunta e pluralista desse espaço político, com a imprescindível transparência e ampliação nos debates, quais as tendências partidárias, políticas, entidades e movimentos sociais, pensadores e intelectuais orgânicos, efetivamente comprometidos com a democratização do Estado, reuniriam condições e estariam dispostos a implementação?
- 4 – Estando essa implementação voltada para a formulação e pactuação de um projeto de sociedade e nação, e inevitavelmente de poder, o pluralismo já apontado teria condições de assumir efetivamente os poderes conquistados, somente como meio de realização do projeto de sociedade e nação? E, precipuamente, de manter a continuidade do debate do projeto entre si e com a sociedade, com as imprescindíveis verificações dos objetivos, meios e correções de percurso, ampliando e enriquecendo as pactuações?
- 5 – Na implementação da imagem-objetivo apontada na segunda indagação, por óbvio, todas as tendências alinhadas manteriam a prerrogativa democrática da disputa de poder



na Estrutura do Estado? E o próprio desenvolvimento do projeto de sociedade e nação, com participação direta da sociedade, balizará a dinâmica do papel e espaços de cada componente e tendência?

6 – Sob um espectro de valores e expectativas na sociedade, assim como ideias-força desde o centro até a esquerda, passando pelos vários matizes (mais plurais ou sectários): corporativos, classistas, consumistas, religiosos e esquerdistas, as maiorias estão interessadas no disposto na segunda e terceira indagação?

7 – O debate amplo e a implementação por etapas pactuadas do disposto nas duas primeiras indagações é alternativa para reverter a hegemonia conservadora da direita, ilegitimamente implementada na mídia, Estado e sociedade? – Apesar do domínio de nossa mídia por valores do individualismo, consumismo e especulação financeira, que embaçam e cerceiam o conhecimento do futuro real da sociedade e nação, é possível disputar e furar esse bloqueio visando disponibilizar para as massas sociais as informações e conhecimentos do que lhes diz respeito nos seus direitos, seu futuro e alternativas reais de desenvolvimento social?

8 – Que mudanças podem e devem ser implementadas desde já; na reforma política, no quadro partidário, na democracia interna dos partidos e nos congressos de cada partido? Incluindo a refundação de partidos e coligações?

9 – Nessa aliança ou coligação heterogênea, cada componente ou tendência em sua legítima militância no seu espaço próprio, até onde manterá as pactuações e repactuações para o projeto comum de sociedade e nação avançar?

Multiplicam-se “sinais” globais de esgotamento da atual hegemonia liberal especulativa, por exemplo:

- a) James Galbraith, Univ. do Texas acaba de lançar o livro “The End of Normal the Great Crisis and the Future of Growth” onde denuncia o “uso excessivo de expressões matemáticas nos argumentos dos neoliberais sobre a perfeição dos mercados: usam a matemática para intimidar e não para esclarecer”, e aponta alternativas para nova forma do capitalismo manter sua sustentabilidade: substancial encolhimento do sistema financeiro, uso intensivo de mão de obra,



-
- robusto sistema de proteção trabalhista e social, custos fixos menores, baixas taxas de retorno e descentralização,
- b) Martin Wolf, chefe do Editorial do Financial Times, Londres, apologista nos anos 80 e 90 de Thatcher e Reagan, expõe que: a austeridade fiscal falhou, a estabilidade financeira desapareceu, o atual modelo é ideal somente para os banqueiros e deve-se voltar à visão de Keynes,
 - c) Rosa Maria Marques, titular de Economia na PUC/SP aponta no Brasil que fatias crescentes do lucro empresarial deixam de ser reinvestido passando a ser desviado para a rentabilidade extraordinária do mercado financeiro (títulos, ações e derivativos), e o investimento público que sempre foi importante é crescentemente desviado para os credores da dívida pública. Em escala mundial, o mercado financeiro já perfaz vários PIBs mundiais.
 - d) A conhecida pesquisa e projeções de Thomaz Piketti em escala mundial apontaram que a partir do próximo ano – 2016, os ganhos do 1% mais ricos no mundo superarão os dos restantes 99%, o que acaba de ser confirmado pela respeitada ONG OXFAM.

Penso ser impossível visualizar o real quadro dos segmentos da nossa sociedade, desde os miseráveis à alta classe média, quanto às tensões das desigualdades, das frustrações, revisões ou afirmações na conquista das aspirações, às confianças nas representações eleitas, e até mesmo nas diferenças entre os movimentos de rua desde 2013 e os mais de 90% que ficaram em casa ou no trabalho, etc. Mas somo aos alertas e recados da sociedade: nas ruas em 2013, pelos eleitores (pesquisas de opinião) em 2014 que elegeram e os que votaram em branco ou anularam, e grande parte dos movimentos de 2015: emergem com força os não alinhados à situação e a oposição nos governos, nem às lideranças e partidos políticos, ou os mais céticos ou os mais esperançosos, os indignados em número crescente, e mesmo entre os alinhados, aqueles com crescentes reservas. Diria que esgotaram-se os cenários e esperanças de disputa e exercício de poderes com base em promessas de que usaria o poder para o bem comum: crescem paralelamente as buscas de luzes e formulações de como o exercício do poder pode e



deve ser reestruturado, democratizado e compelido a ser efetivamente controlado pela sociedade, e nesse espaço, aí sim, se dar a disputa do poder.

Na Espanha o movimento apartidário “Indignados” cresce desde 2011, agora reforçado com o movimento “Podemos”, que já registrou para disputar eleições, entre várias bandeiras, a Tolerância “0” para corrupção e para os cortes orçamentários públicos orientados pelos objetivos da ganancia especulação financeira. Nas recentes eleições municipais, ganharam a prefeitura de Barcelona (2ª cidade) e perderam Madri por um voto. Cabe citar Juca Kfourri, referindo-se a um Odebrecht: “Preferia que fosse diferente, mas o jogo é o jogo, não posso mudar o mundo”, e Juca: “Todos podemos”. Na Grécia o Syriza iniciou como movimento contra endividamento especulativo do país, registrou-se como partido e venceu eleições em oposição à coligação partidária que cumpria a risca a submissão a uma dívida pública crescente, juros altos, desestruturando a nação e regredindo a sociedade. Hoje é travada verdadeira guerra financeira do FMI e BC Europeu – gigante Gulliver contra o governo e população grega – Pequeno Polegar. Neste Junho vencem 1,6 bilhões de euros de dívida que só pode ser paga com os salários e aposentadorias dos servidores. Além da Espanha e Grécia, correm em nossos dias buscas intensivas de alternativas ao domínio insaciável do capital financeiro especulativo, objetivando a construção de projeto de nação, ex: Noruega, Islândia, Irlanda e Bolívia. Itália e França estão no limite. É um conjunto diversificado de países na sua história, cultura e estrutura socioeconômica, porém em comum, forçando relação mais participativa e reestruturante da sociedade em relação ao Estado, na busca de um projeto de sociedade e nação não submisso á ditadura neoliberal financeira especulativa. Variam as composições no espectro centro-esquerda. Se há potencial de revés e/ou distorção, também haverá de adesão de mais sociedades e países a essas buscas.

A retomada do rumo inicial constitucional do SUS encontra-se sabidamente vinculada á reversão da atual política de Estado e também ao contexto macroeconômico nacional e global. Contudo, esse vínculo, de solidez aparentemente incontornável pode historicamente diluir-se e revelar insustentabilidade. Referimos a possível vínculo com a práxis política da sociedade há quase 30 anos, informada, consciente e mobilizada para a



possibilidade real de satisfação dos direitos humanos e sociais, que foram contemplados na Constituição cidadã de 1988. Essa possibilidade real encontra-se hoje espelhada na implantação da diretriz da Regionalização vinculada à elevação do financiamento federal e às formulações e pactuações dos gestores descentralizados, dos conselhos de saúde, das entidades ligadas ao movimento da reforma sanitária e da população consciente e mobilizada, conforme já assinalada no segundo tópico deste ensaio. Não é demais lembrar que a conscientização da população passa pela compreensão e postura de que os recursos públicos, após sua arrecadação da população permanecem pertencendo à população, cabe ao Estado administrá-los, investindo e custeando em benefício da população e nação. Esta obviedade vem há décadas sendo na prática obscurecida, a favor de que só o que é comprado no mercado pertence ao consumidor. Ora, a consciência de que o SUS pertence a cada cidadão, e de que sem consultá-lo, o Estado avilta o financiamento do SUS e subsidia fortemente os planos privados com os recursos públicos do cidadão, compelindo-o a satisfazer seus direitos consumindo no mercado, aí está um debate para cada segmento da sociedade: o do pertencimento. Daí, a bandeira “Democratização do Estado”.

Tópicos	pág.
Síntese das Raízes do SUS e a Persistência dos “Nichos” ou Trincheiras.....	01
A Construção da Hegemonia “Anti-SUS”	03
Um Olhar “Acima” do SUS.....	08
Alertas nas Reações da Sociedade.....	10
O Leite que Derramou e a Busca de Luzes.....	14